MANUAL

PRODUTIVIDADE DO 2º GRAU

RESOLUÇÃO Nº 76/2009

ANEXO II - JUSTIÇA ESTADUAL

MÓDULO DE PRODUTIVIDADE MENSAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

MAPA ESTRATÉGICO

Gestão 2021/2022

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Assegurar a Justiça e a Pacificação Social.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a Justiça de forma efetiva.

VALORES

Credibilidade, Acessibilidade, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Ética, Probidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Imparcialidade e Resolutividade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

Presidente:
Desembargador José Ribamar de Oliveira

Biênio: 2021/2022

APRESENTAÇÃO

Senhores e Senhoras, com grande entusiasmo, apresentamos o Manual de Produtividade do 2º Grau, construído a partir da Resolução CNJ Nº 76/2009 e do Módulo de Produtividade Mensal, alinhado aos macrodesafios Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária.

O benefício oferecido pela disponibilização dos dados nas referidas tabelas processuais unificadas do CNJ, favorece a dinâmica do trabalho de magistrados(as), promotores(as), defensores(as) e advogados(as), na medida em que trás uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos, movimentações e documentos processuais aplicáveis a todos os órgãos do Poder Judiciário a serem empregadas pelos respectivos profissionais.

Nosso intuito é oferecer mais uma ferramenta para o desenvolvimento de práticas que maximizem a performance de cada magistrado(a) e servidor(a), facilite o diálogo entre as unidades e gestores, trazendo mais agilidade e eficiência à prestação jurisdicional.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

MACRODESAFIO

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo do Biênio 2021/2022: Intensificação do TJPI no avanço da produtividade, promovendo a gestão e a priorização da força de trabalho com foco no planejamento estratégico e nas metas nacionais, assegurando ao jurisdicionado a efetiva e adequada prestação jurisdicional.

DIRETRIZES (Gestão 2021/2022)

ESTRATÉGIA

Configuração do modo de pensar e agir diante do ambiente e projeção do planejamento do TJPI como mecanismo de impulsionamento da atividade jurisdicional.

INOVAÇÃO

Estímulo à cultura de inovação, promovendo o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes e a criação de soluções de inovação incrementais e disruptivas.

RESOLUTIVIDADE

Valorização de práticas focadas no desenvolvimento do Poder Judiciário, buscando a alta performance e consolidando vias de diálogo entre instituições essenciais à Justiça.

EFICIÊNCIA

Inserção de fluidez nas atividades de gestão judiciária do TJPI e organização de modelos de trabalhos institucionais que destaquem a otimização dos recursos e induzam os resultados positivos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

SUMÁRIO

1 PRODUTIVIDADE DO 2º GRAU

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

⟶ TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

⟶ VARIÁVEIS E INDICADORES

⟶ GLOSSÁRIO

MANUAL

PRODUTIVIDADE DO 2º GRAU

1 PRODUTIVIDADE DO 2º GRAU

Refere-se às **variáveis** e aos respectivos **glossários** dos dados que serão encaminhados, pelo Tribunal, relativo à cada serventia judiciária (ou unidade judiciária) de 2º grau, assim definida:

- **Serventia Judiciária de 2º Grau:** abrange os Gabinetes de Desembargadores, as Turmas, as Seções, as Câmaras, os Órgãos Especiais, o Plenário e outros órgãos jurisdicionais que compõem o Tribunal. Incluem-se a Presidência, a Vice- Presidência e a Corregedoria.

- No caso de decisão proferida por juiz convocado de instância inferior, em caráter de substituição, o campo com o respectivo nome do juiz deverá ser informado, com a vinculação do gabinete em questão.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

Nesta seção, as variáveis referem-se aos dados estatísticos de cada gabinete de desembargador, incluída a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria.

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

Nesta seção, as variáveis referem-se aos dados estatísticos de cada unidade judiciária julgadora de 2º grau, incluindo:

a) Para as decisões monocráticas, os Magistrados e
b) Para as decisões colegiadas, as Turmas, as Seções, as Câmaras, os Órgãos Especiais, o Plenário e outros órgãos jurisdicionais que compõem o Tribunal.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

MANUAL

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

- VARIÁVEIS DE PRODUTIVIDADE
- PARAMETRIZAÇÃO

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

Cartas precatórias, rogatórias e de ordem 2º Grau:

CartaD2º

Cartas precatórias, rogatórias e de ordem devolvidas pelo 2º Grau

As cartas precatórias, de ordem e rogatórias devolvidas para outra unidade judiciária durante o período-base (mês).

CartaN2º

Cartas precatórias, rogatórias e de ordem novas no 2º Grau

As cartas precatórias, de ordem e rogatórias que ingressaram na unidade judiciária de 2º grau durante o período-base (mês).

CnO2º - Casos Novos Originários 2º Grau:

CnOCrim2º

Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais

Os processos criminais originários, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º grau, no período-base (mês).

Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores, os processos em grau de recurso oriundos de instância inferior e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

Excluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os processos que:

[a.1.1) que pertençam às classes 327 (Embargos de Terceiro) OU 1715 (embargos do acusado) OU 428 (Revisão Criminal) OU 11037 (Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário) OU 11045 (deserção de oficial) OU às classes das hierarquias 308 (Medidas Cautelares) OU 303 (Medidas Garantidoras) OU 281 (Procedimento Comum) OU 284 (Processo Especial) OU 11029 (Procedimentos Especiais Previstos em Leis Esparsas); E

a.1.2) que NÃO pertençam à classe 291 (restauração de autos)]; E

b) tenham recebido os movimentos 981 (recebimento) ou 26 (distribuição) ou 391 (denúncia) ou 393 (queixa) (o que ocorrer primeiro).

CnONCrim2º

Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais

Os processos não-criminais originários, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º grau, no período-base (mês).

Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPVs), os recursos aos Tribunais Superiores, os processos em grau de recurso oriundos de instância inferior e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

Incluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os processos que:

[a.1.1) que pertençam à classe às classes de hierarquia 1386 (Processo de Conhecimento) OU 12071 (Procedimentos Cautelares) OU 175 (Processo Cautelar) OU 1107 (Procedimento de Conhecimento) OU 12133 (Tutela Provisória); E

a.1.2) NÃO pertençam à classe 46 (restauração de autos)]; E

b) tenham recebido os movimentos 981 (recebimento) ou 26 (distribuição) (o que ocorrer primeiro).

CnR2º - Casos Novos Recursais 2º Grau:

CnRCrim2º

Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais

Os processos criminais em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram
protocolizados e interpostos para julgamento no 2º grau, no período-base (mês).

Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores, os processos originários e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

Excluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os processos que:

a) pertençam às classes 413 (Agravo de Execução Penal) OU 417 (Apelação Criminal) OU 418 (Carta Testemunhável) OU 419 (Correição Parcial) OU 426 (Recurso em Sentido Estrito) OU 11398 (Recurso em Sentido Estrito/Recurso Ex Officio) OU 427 (Remessa Necessária Criminal) OU 11042 (Correição Parcial Militar) OU classes pertencentes à hierarquia 11033 (Recursos); E

b) tenham recebido, no período de avaliação, os movimentos 10966 (mudança de classe processual) ou 981 (recebimento) ou 26 (distribuição) (o que tiver ocorrido primeiro).

CnRNCrim2º

Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais

Os processos não-criminais em grau de recurso oriundos de instância inferior, que
foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º grau, no período-base (mês).

Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPVs), recursos aos Tribunais Superiores, os processos originários e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

Incluem-se os processos infracionais

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os processos que:

a) pertençam às classes 202 (Agravo de Instrumento) OU 1728 (Apelação/Remessa Necessária) OU 198 (Apelação Cível) OU 10942 (Correição Parcial) OU 199 (Remessa Necessária Cível); E

b) tenham recebido, no período de avaliação, os movimentos 10966 (mudança de classe processual), 981 (recebimento)) ou 26 (distribuição) (o que tiver ocorrido primeiro).

Cp2º - Casos Pendentes 2º Grau:

CpCrim2º

Casos Pendentes no 2º Grau Criminais

Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, distribuídos ou redistribuídos ao gabinete, que não foram baixados no 2º grau até o final do período-base (mês), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobrestados.

Incluem-se os processos aguardando voto-vista de outro gabinete.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2ºGrau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Processos criminais cujas classes se enquadram nas variáveis CnOCrim2º, CnRCrim2º, AINDA que se enquadrem nos movimentos de juntada de petição listados em RInt2º, e que até o final do período de apuração NÃO tenham recebido os seguintes movimentos:

a) 22 (baixa definitiva); OU
b) 246 (arquivamento definitivo); OU
c) 488 (cancelamento de distribuição); OU
d) 123 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente); OU
e) 982 (Remessa) com os complementos com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente).

CpNCrim2º

Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais

Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, distribuídos ou redistribuídos ao gabinete, que não foram baixados no 2º grau até o final do período-base (mês), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobrestados.

Incluem-se os processos aguardando votos-vista de outro gabinete.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Processos não-criminais cujas classes se enquadram nas variáveis CnONCrim2º, CnRNCrim2º , AINDA que se enquadrem nos movimentos de juntada de petição listados em RInt2º, e que até o final do período de apuração NÃO tenham recebido os seguintes movimentos:

a) 22 (baixa definitiva); OU
b) 246 (arquivamento definitivo); OU
c) 488 (cancelamento de distribuição); OU
d) 123 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente); OU
e) 982 (Remessa) com os complementos com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente).

PRed2º - Processos de 2º Grau encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição:

PRedCrim2º

Processos Criminais de 2º grau encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição:

Processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que, durante o período-base (mês), foram **redistribuídos** para outra unidade judiciária, desde que vinculada ao mesmo Tribunal.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

PRedNCrim2º

Processos Não-Criminais de 2º grau encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição:

Processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que, durante o período-base (mês), foram **redistribuídos** para outra unidade judiciária, desde que vinculada ao mesmo Tribunal.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

ProcInv - Procedimentos Investigatórios no 2º Grau:

ProcInvArq2º

Procedimentos Investigatórios Arquivados no 2º Grau:

Todos os procedimentos investigatórios que foram **arquivados** pelo 2º Grau durante o período-base (mês).

Havendo mais de um tipo de procedimento investigatório no mesmo processo, apenas um deve ser contabilizado.

ProcInvN2º

Procedimentos Investigatórios Novos no 2º Grau:

Todos os procedimentos investigatórios que foram **distribuídos ou redistribuídos** para o 2º Grau durante o período-base (mês).

Havendo mais de um tipo de procedimento investigatório no mesmo processo, apenas um deve ser contabilizado.

ProcInvP2º

Procedimentos Investigatórios Pendentes no 2º Grau:

Todos os procedimentos investigatórios que foram **distribuídos ou redistribuídos** para o 2º Grau e que até o final do período-base (mês) não tinham recebido pedido de arquivamento ou denúncia do Ministério Público.

Havendo mais de um tipo de procedimento investigatório no mesmo processo, apenas um deve ser contabilizado.

Rint2º - Recursos Internos no 2º Grau:

Rint2º

Recursos Internos no 2º Grau:

Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (mês), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais e outros recursos regimentais.

RintP2º

Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:

Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição, **e que não foram decididos** até o final do período-base (mês), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais e outros recursos regimentais.

SuS2º- Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau:

SuS2º

Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau:

Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, **que estão suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório**, no final do período-base (mês).

Computam-se os processos aguardando cumprimento de acordo e os processos aguardando decisão em repercussão geral ou em recurso repetitivo.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais;
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais;
c) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais e
d) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais.

Tbaix2º - Total de Processos Baixados 2º Grau:

TBaix Crim2º

Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais

Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, **que foram baixados** no 2º grau no período-base (mês).

Consideram-se baixados os processos:
a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores;
c) arquivados definitivamente.

Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências, as entregas para carga/vista, os sobrestamentos, as suspensões e os arquivamentos provisórios. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

Excluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Processos cujas classes se enquadram na variável CpCrim2, AINDA que se enquadrem nos movimentos de juntada de petição listados em RInt2º, que receberam, no período de apuração, um dos seguintes movimentos:
a) 22 (baixa definitiva); OU
b) 246 (arquivamento definitivo); OU
c) 488 (cancelamento de distribuição); OU
d) 123 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente); OU
e) 982 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente).

TBaix NCrim2º

Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais

Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, **que foram baixados** no 2º grau no período-base (mês).

Consideram-se baixados os processos:
a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores;
c) arquivados definitivamente.

Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências, as entregas para carga/vista, os sobrestamentos, as suspensões e os arquivamentos provisórios. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau nãocriminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

Incluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

Processos cujas classes se enquadram na variável CpNCrim2 , AINDA que se enquadrem nos movimentos de juntada de petição listados em RInt2º, que receberam, no período de apuração, um dos seguintes movimentos:
a) 22 (baixa definitiva); OU
b) 246 (arquivamento definitivo); OU
c) 488 (cancelamento de distribuição); OU
d) 123 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente); OU
e) 982 (Remessa) com os complementos 38 (em grau de recurso) ou 90 (declaração de competência para órgão vinculado a Tribunal diferente).

VPnG2º - Vistas Pendentes no Gabinete - 2º Grau:

VPnG Crim2º

Vistas Pendentes no Gabinete em Processos Criminais no 2º Grau:

Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, de relatoria de outro desembargador/gabinete, que até o final do período-base (mês) aguardavam voto-vista do **próprio gabinete.**

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

VPnG NCrim2º

Vistas Pendentes no Gabinete em Processos Não-Criminais no 2º Grau:

Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, de relatoria de outro desembargador/gabinete, que até o final do período-base (mês) aguardavam voto-vista do **próprio gabinete**.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

VPfG2º - Vistas Pendentes fora do Gabinete - 2º Grau:

VPfG Crim2º

Vistas Pendentes fora do Gabinete em Processos Criminais no 2º Grau:

Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, distribuídos ou redistribuídos ao gabinete, que até o final do período-base (mês) aguardavam voto-vista de **outro gabinete.**

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

VPfG NCrim2º

Vistas Pendentes fora do Gabinete em Processos Não-Criminais no 2º Grau:

Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, distribuídos ou redistribuídos ao gabinete do desembargador, que até o final do período-base (mês) aguardavam voto-vista de **outro gabinete.**

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau nãocriminais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

MANUAL

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

- VARIÁVEIS DE PRODUTIVIDADE
- PARAMETRIZAÇÃO

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

Audiências Realizadas em 2º Grau:

AudConc 2º

Audiências de Conciliação Realizadas em 2º Grau:

Total de audiências de conciliação e mediação realizadas pelos magistrados de 2º grau, no período-base (mês).

AudNConc 2º

Audiências Realizadas em 2º Grau, exceto de conciliação:

Total de audiências realizadas pelos magistrados de 2º grau, exceto as de conciliação e mediação, no período-base (mês).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

Dec2º - Decisões Terminativas 2º Grau:

Dec Crim2º

Decisões terminativas de processo criminal no 2º Grau

Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, **excluindo** os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (mês).

Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

Nas decisões colegiadas considera-se apenas a decisão final de julgamento proferida nos respectivos órgãos colegiados, ou seja, não se computam os votos de cada magistrado.

Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

Excluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

a) Número total de decisões proferidas, no período de apuração, em processos cujas classes judiciais se enquadrem na variável CnOCrim2 ou CnRCrim2 que estejam vinculadas a pelo menos uma movimentação das hierarquias 193 (julgamento);

EXCETO
{b.1) movimentações 198 (acolhimento de embargos de declaração) OU 200 (não-acolhimento de embargos de declaração) OU 871 (acolhimento em parte de embargos de declaração); OU
[b.2.1) movimentações 242 (conhecimento em Parte e Não-Provimento) OU240 (Conhecimento em Parte e Provimento) OU 241 (Conhecimento em Parte e Provimento em Parte) OU 239 (Não-Provimento) OU 237 (Provimento) OU 972 (Provimento art. 557 do CPC) OU 238 (Provimento em Parte) OU 901 (Negação de Seguimento) OU 235 (Não-conhecimento) OU 230 (recurso prejudicado) OU 235 (não-conhecimento de recurso);
SE precedidas
b.2.2) do movimento 85 (juntada petição) com complemento “tipo_de_peticao”de código 41 (Agravo (inominado/legal) OU 49 (Embargos de Declaração) OU 50 (Embargos Infringentes)}

Dec NCrim2º

Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau

Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, **excluindo** os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (mês).

Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

Nas decisões colegiadas considera-se apenas a decisão final de julgamento proferida nos respectivos órgãos colegiados, ou seja, não se computam os votos de cada magistrado.

Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

Incluem-se os processos infracionais.

PARAMETRIZAÇÃO:

a) Número total de decisões proferidas, no período de apuração, em processos cujas classes judiciais se enquadrem na variável CnONCrim2 ou CnRNCrim2 que estejam vinculadas a pelo menos uma movimentação das hierarquias 193 (julgamento);
EXCETO
{b.1) as movimentações 198 (acolhimento de embargos de declaração) OU 200 (não-acolhimento de embargos de declaração) OU 871 (acolhimento em parte de embargos de declaração); OU
[b.2.1) as movimentações 242 (Conhecimento em Parte e Não-Provimento) OU240 (Conhecimento em Parte e Provimento) OU 241 (Conhecimento em Parte e Provimento em Parte) OU 239 (Não-Provimento) OU 237 (Provimento) OU 972 (Provimento art. 557 do CPC) OU 238 (Provimento em Parte) OU 901 (Negação de Seguimento) OU 235 (Não-conhecimento)OU 230 (recurso prejudicado);
SE precedidas
b.2.2) do movimento 85 (juntada petição) com complemento “tipo_de_peticao”de código 49 (embargos de declaração) OU 50 (embargos infringentes) OU 41 (agravo (inominado/legal).]}

Dec2º - Decisões Terminativas 2º Grau:

DecDC 2º

Decisões Terminativas Proferidas nas Demais Classes Processuais no 2º Grau

Todas as decisões, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, **excluindo** os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração proferidas em classes processuais não contabilizadas nas variáveis:

a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais;
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais;
c) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
d) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais, no período-base (mês).

Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

PARAMETRIZAÇÃO:

[a.1) Número total de movimentos da hierarquia 198 (Julgamento), EXCETO os movimentos
a.2) 98 (Acolhimento de Embargos de Declaração), OU 871 (Acolhimento em parte de Embargos de Declaração) OU 200 (Não-Acolhimento de Embargos de Declaração) OU 242 (Conhecimento em Parte e Não-Provimento); OU
a.3) 242 (Conhecimento em Parte e Não-Provimento) OU 240 (Conhecimento em Parte e Provimento) OU 241 (Conhecimento em Parte e Provimento em Parte) OU 239 (Não-Provimento) OU 237 (Provimento) OU 972 (Provimento art. 557 do CPC) OU 238 (Provimento em Parte) OU 901 (Negação de Seguimento) OU 230 (recurso prejudicado) OU 235 (não-conhecimento de recurso), SE PRECEDIDOS do movimento 85 (juntada petição) com complemento tabelado 19 (tipo_de_peticao) de valor 49 (embargos de declaração)]

QUANDO
[b.1) Os processos pertencerem a classes NÃO compreendidas nas variáveis CnOCrim2º OU CnRCrim2º OU CnONCrim2º OU CnRNCrim2º
E
b.2) NÃO pertencerem às classes 1689 (Embargos de Declaração) OU 420 (Embargos de Declaração)]
OU

[c.1) Os procesos pertencerem a classes compreendidas nas variáveis CnOCrim2º OU CnRCrim2º OU CnONCrim2º OU CnRNCrim2º
E
c.2) tenham recebido anteriormente o movimento 85 (juntada petição) em que o complemento tabelado 19 (tipo_de_peticao) tenha valor de 50 (embargos infringentes) OU 41 (agravo - inominado /legal) OU 51 (Exceção de pré-executividade) OU 52 (Execução/cumprimento de sentença) OU 53 (Impugnação ao Cumprimento de Sentença) OU 54 (Impugnação aos embargos) OU 115 (Incidente de uniformização de jurisprudência) OU 120 (Pedido de Instauração de IAC) OU 119 (Pedido de Instauração de IRDR)].

Dec2º - Decisões Homologatórias 2º Grau:

DecH 2º

Decisões Homologatórias de Acordos no 2º Grau:

Total de decisões homologatórias de acordos, referentes a conflitos que já são objeto de processo em curso no 2º grau da Justiça, no período-base (mês).

Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais;
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais;
c) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais e
d) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais.

↓

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os Processos:

a) cujas classes se enquadram nas variáveis CnOCrim2º OU CnONCrim2º OU CnRCrim2º OU CnRNCrim2º; E

b) que tenham recebido, no período de apuração, os movimentos
466 (Homologação de Transação) OU 884 (Transação Penal) OU 377 (Acordo em execução ou em cumprimento de sentença) OU 1017 (Suspensão Condicional da Pena) OU 12187 (Homologação de Decisão de Juiz Leigo.

DecHDC 2º

Decisões Homologatórias de Acordo Proferidas nas Demais Classes Processuais no 2º Grau:

Total de decisões homologatórias de acordos, referentes a conflitos que já são objeto de processo em curso no 2º grau da Justiça, proferidas em classes processuais não contabilizadas nas variáveis:

a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais;
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais;
c) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
d) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais, no período-base (mês).

↓

PARAMETRIZAÇÃO:

a) Número total de movimentos 466 (Homologação de Transação) OU 884 (Transação Penal) OU 377 (Acordo em execução ou em cumprimento de sentença) OU 12187 (Homologação de Decisão de Juiz Leigo)
QUANDO
[b.1) Os procesos pertencerem a classes NÃO compreendidas nas variáveis CnOCrim2º OU CnRCrim2º OU CnONCrim2º OU CnRNCrim2º
E
b.2) NÃO pertencerem às classes 1689 (Em,bargos de Declaração) OU 420 (Embargos de Declaração)]
OU
[c.1) Os procesos pertencerem a classes compreendidas nas variáveis CnOCrim2º OU CnRCrim2º OU CnONCrim2º OU CnRNCrim2º
E
c.2) tenham recebido anteriormente o movimento 85 (juntada petição) em que o complemento tabelado 19 (tipo_de_peticao) tenha valor de 50 (embargos infringentes) OU 41 (agravo - inominado /legal) OU 51 (Exceção de pré-executividade) OU 52 (Execução/cumprimento de sentença) OU 53 (Impugnação ao Cumprimento de Sentença) OU 54 (Impugnação aos embargos) OU 115 (Incidente de uniformização de jurisprudência) OU 120 (Pedido de Instauração de IAC) OU 119 (Pedido de Instauração de IRDR)].

MANUAL

PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

DecInt2º - Decisões Interlocutórias no 2º Grau:

DecInt 2º

Decisões Interlocutórias no 2º Grau:

Todas as decisões interlocutórias proferidas no 2º grau de jurisdição, exceto em recursos internos.

↓

PARAMETRIZAÇÃO:

Todos os movimentos de hierarquia 3 (Decisão), EXCETO

a) SE pertencentes às classes 420 (embargos de declaração) OU 1689 (embargos de declaração) OU 1208 (Agravo) OU 206 (Agravo Regimental) OU 421 (Embargos Infringentes e de Nulidade)
OU
b) SE pertencentes a qualquer classe, quando antecedidos pelo movimento 85 (juntada petição) em que o complemento tabelado 19 (tipo_de_peticao)tenha valor 49 (embargos de declaração) OU 50 (embargos infringentes) OU 41 (agravo - inominado/legal).

RintJ 2º - Recursos Internos Julgados no 2º Grau:

RintJ 2º

Recursos Internos Julgados no 2º Grau:

Os recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, julgados no período-base (mês), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais e outros recursos regimentais.

VotoR2º- Votos Proferidos pelo relator - 2º Grau:

VotoR Crim2º

Votos Proferidos pelo relator em Processos Criminais de 2º Grau:

Total de votos proferidos pelo magistrado relator ou pelo magistrado designado como redator para o acórdão (voto divergente vencedor), durante o período-base (mês), em processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e
b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

VotoR NCrim2º

Votos Proferidos pelo relator em Processos Não-Criminais de 2º Grau:

Total de votos proferidos pelo magistrado relator ou pelo magistrado designado como redator para o acórdão (voto divergente vencedor), durante o período-base (mês), em processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior.

Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis:
a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e
b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

APONTE A
CÂMERA DO
SEU CELULAR

CLIQUE PARA ACESSAR A PÁGINA DAS
TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO CNJ

Clique aqui!

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

CONSULTA CNJ

Os critérios de coleta de dados estatísticos por parte do TJPI valem-se, sobremaneira, das **Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário**, criadas a partir da Resolução CNJ nº. 46/2007, de uso obrigatório no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União, Militar dos Estados e Superior Tribunal de Justiça.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sistemas de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas

Clique aqui!

CLIQUE PARA ACESSAR A PÁGINA DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS DO CNJ

Os principais objetivos da criação das Tabelas Unificadas são:

- melhorar a gestão de pauta pelos órgãos judiciais;
- facilitar a recuperação de informações pelos órgãos supervisores;
- possibilitar o aproveitamento, nas instâncias superiores, das informações processuais dos sistemas de primeira instância;
- melhorar o controle de prevenção e a distribuição processual por competência em razão da matéria;
- facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando integração mais abrangente para a implantação de sistemas de âmbito nacional, que contribuirão para a celeridade processual;
- racionalizar o fluxo do processo e facilitar o encadeamento lógico dos atos processuais;
- possibilitar a gestão dos documentos e processos judiciais transitados em julgado e arquivados;
- padronizar a descrição dos diversos movimentos para facilitar a recuperação e maximizar o uso da informação processual, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos e externos;
- identificar com maior exatidão o tempo médio de duração de cada fase do processo e os seus maiores entraves, a fim de permitir a adoção de intervenções mais precisas e pontuais;
- identificar os assuntos mais frequentes nos processos judiciais, possibilitando melhor gestão do passivo pelos tribunais, além da adoção de medidas que previnam novos conflitos;
- melhorar a compreensão do andamento processual pelo jurisdicionado;
- assegurar, juntamente com outros instrumentos, a padronização de rotinas processuais e subsidiar a implantação de diversos projetos corporativos no Poder Judiciário.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

VARIÁVEIS E INDICADORES

→ **VARIÁVEIS:**

- VARIÁVEIS QUE INTEGRAM A PRODUTIVIDADE

→ **INDICADORES:** (Boletim Estatístico)

- ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO
- IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA
- TAXA DE CONGESTIONAMENTO

VARIÁVEIS

VARIÁVEIS QUE INTEGRAM A PRODUTIVIDADE

SERVENTIAS:

Produtividade:	Variáveis que Integram a Produtividade
Cn2º - Casos Novos 2º Grau:	CnOCrim2º
	CnONCrim2º
	CnRCrim2º
	CnRNCrim2º

Produtividade:	Variáveis que Integram a Produtividade
Cp2º - Casos Pendentes 2º Grau:	CpCrim2º
	CpNCrim2º

Produtividade:	Variáveis que Integram a Produtividade
Tbaix2º - Total de Processos Baixados 2º Grau:	TBaixCrim2º
	TBaixNCrim2º

MAGISTRADOS:

Produtividade:	Variáveis que Integram a Produtividade
Dec2º - Decisões Terminativas e Homologatórias 2º Grau:	DecCrim2º
	DecNCrim2º
	DecDC2º
	DecH2º
	DecHDC2º

DEFINIÇÕES:

Casos Novos

Indicam o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau, no período-base (mês).

Casos Pendentes

Indicam o número de casos pendentes no 2º Grau, no final do período-base (mês).

Decisões Interlocutórias

São todas as decisões interlocutórias proferidas, exceto em execução criminal e em recursos internos.

Setenças e Decisões Terminativas e Homologatórias

Todas as sentenças e decisões homologatórias proferidas. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

INDICADORES

BOLETIM ESTATÍSTICO

INDICADORES:

Índice de Conciliação (%)

O índice de conciliação é dado pelo percentual de setenças e decisões resolvidas por homologação de acordos em relação ao total de setenças e decisões terminativas proferidas. **A conciliação é adotada pelo CNJ dede 2006, com a implantação do Movimento pela Conciliação, em agosto daquele ano.**

Fórmula: DecH2º - Decisões Homologatórias 2º grau / Dec2º - Decisões Terminativas e Homologatórias 2º Grau

Índice de Atendimento à Demanda (%)

IAD (Índice de Atendimento à Demanda): indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. **O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento de casos pendentes.**

Fórmula: Tbaix2º - Total de processos Baixados 2º Grau / Cn2º - Casos Novos 2º Grau

Taxa de Congestionamento (%)

A Taxa de Congestionamento mede a efetividade do tribunal em um período, levando- se em conta o total de **casos novos** que ingressaram, os **casos baixados** e o **estoque pendente** ao final do período anterior ao período base.

Fórmula: Cp2º-Casos Pendentes 2ºGrau / (Cp2º-Casos Pendentes 2ºGrau + Tbaix2º - Total de processos Baixados 2º Grau)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

FÓRMULAS:

INDICADORES:	FÓRMULAS:
ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	DecH2º - Decisões Homologatórias 2º grau / Dec2º - Decisões Terminativas e Homologatórias 2º Grau
ÍNDICE DE ATENDIMENTO A DEMANDA	Tbaix2º - Total de processos Baixados 2º Grau / Cn2º - Casos Novos 2º Grau
TAXA DE CONGESTIONAMENTO	Cp2º - Casos Pendentes 2º Grau / (Cp2º - Casos Pendentes 2º Grau + Tbaix2º - Total de processos Baixados 2º Grau)

ANÁLISE PAINEL GERENCIAL:

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR

CLIQUE PARA ACESSAR A PÁGINA DO PAINEL GERENCIAL

Clique aqui!

ANÁLISE JUSTIÇA EM NÚMEROS:

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR

CLIQUE PARA ACESSAR A PÁGINA DO JUSTIÇA EM NÚMEROS

Clique aqui!

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

GLOSSÁRIO

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

GLOSSÁRIO

PRODUTIVIDADE DO 2º GRAU

1.1 PRODUTIVIDADE DAS SERVENTIAS: 2º GRAU

SIGNIFICADO DAS SIGLAS:

CartaD2º – Cartas precatórias, rogatórias e de ordem devolvidas pelo 2º Grau

CartaN2º – Cartas precatórias, rogatórias e de ordem novas no 2º Grau

CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais

CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais

CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais

CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais

CpCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Criminais

CpNCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais

PRedCrim2º – Processos Criminais de 2º grau encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição

PRedNCrim2º – Processos Não-Criminais de 2º grau encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição

ProcInvArq2º– Procedimentos Investigatórios Arquivados no 2º Grau

ProcInvN2º – Procedimentos Investigatórios Novos no 2º Grau

ProcInvP2º – Procedimentos Investigatórios Pendentes no 2º Grau

Rint2º – Recursos Internos no 2º Grau

RintP2º – Recursos Internos Pendentes no 2º Grau

SuS2º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau

TBaixCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais

TBaixNCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais

VPnGCrim2º – Vistas Pendentes no Gabinete em Processos Criminais no 2º grau

VPnGNCrim2º – Vistas Pendentes no Gabinete em Processos Não-Criminais no 2º grau

VPfGCrim2º – Vistas Pendentes fora do Gabinete em Processos Criminais no 2º grau

VPfGNCrim2º – Vistas Pendentes fora do Gabinete em Processos Não- Criminais no 2º grau

1.2 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS: 2º GRAU

SIGNIFICADO DAS SIGLAS:

AudConc2º – Audiências de Conciliação Realizadas em 2º Grau

AudNConc2º – Audiências Realizadas em 2º Grau, exceto de conciliação

DecCrim2º – Decisões terminativas de processo criminal no 2º Grau

DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau

DecH2º – Decisões Homologatórias de Acordos no 2º Grau

DecDC2º – Decisões Terminativas Proferidas nas Demais Classes Processuais no 2º Grau

DecHDC2º – Decisões Homologatórias de Acordo Proferidas nas Demais Classes Processuais no 2º Grau

DecInt2º – Decisões Interlocutórias no 2º Grau

RintJ2º – Recursos Internos Julgados no 2º Grau

VotoRCrim2º – Votos Proferidos pelo relator em Processos Criminais de 2º grau

VotoRNCrim2º – Votos Proferidos pelo relator em Processos Não-Criminais de 2º grau

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

OBRIGADO (A)!

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI